

## MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS NO BRASIL: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Erika Marinho Witeze  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (Brasil)  
Endereço eletrônico: erikawiteze@gmail.com

Régis Henrique dos Reis Silva  
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (Brasil)  
Endereço eletrônico: regishsilva@gmail.com

1884

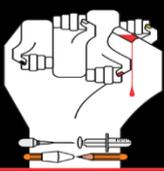
### INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa de doutorado (em andamento), realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), propomos uma análise dos mecanismos que orientam a avaliação das políticas educacionais inclusivas direcionadas às pessoas com deficiência<sup>1</sup> no Brasil, entre 1990 e 2022. Buscamos examinar quais parâmetros, ferramentas e indicadores são mobilizados(as) no monitoramento da modalidade como política de Estado. Trata-se, pois, de definir com maior clareza de que forma tais componentes se articulam, dialogando com alguns autores e estudos da área. Nossa hipótese inicial indica a prevalência de uma concepção gerencialista e mercadológica de aferição de resultados (FARIA, 2005; FREITAS, 2014), em conformidade com as orientações sugeridas pelas agências multilaterais (PEREIRA; PLETSCH, 2021; SOUZA; PLETSCH, 2017) e com a plataforma econômica/política neoliberal (BIANCHETTI, 2005; DARDOT; LAVAL, 2016; HARVEY, 2014).

Assumindo como referencial teórico o materialismo histórico-dialético (FRIGOTTO, 1991; SANFELICE, 2008), o projeto tem como objetivos específicos: 1) identificar que concepções de qualidade orientam a avaliação da educação especial inclusiva no Brasil, apontando seus indicadores, sua materialidade e efetividade, numa perspectiva histórico-crítica (SAVIANI, 2013); 2) problematizar as articulações entre o conceito de qualidade na educação no contexto neoliberal e os pressupostos teórico-metodológicos que conformam as políticas educacionais inclusivas no país, utilizando como premissa a legislação específica disseminada no âmbito federal, os acordos internacionais firmados com agências multilaterais e as demandas da sociedade civil

---

1 Recorremos aqui ao termo utilizado na Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 (BRASIL, 2015).



organizada; 3) estabelecer um diálogo efetivo com as propostas democráticas/participativas, formativas (BAUER; SOUSA, 2015) e contra-regulatórias de avaliação (FREITAS et al., 2004) das políticas educacionais, com vistas à sua concretização enquanto direito fundamental.

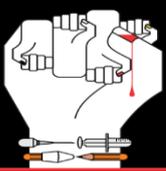
Um dos desdobramentos de nossa pesquisa envolve, justamente, o exame crítico de como a educação especial inclusiva se insere no atual movimento econômico e político, evidenciando as tensões e contradições presentes em seu processo de institucionalização como política pública. Daí o interesse pelos(as) principais planos, programas e ações implementados(as) pelo Executivo Federal nas três últimas décadas, bem pela atuação dos órgãos governamentais envolvidos em sua execução.

Considerando os argumentos expostos e a escassez da produção acadêmica sobre o tema no Brasil, entendemos que o debate em torno da qualidade da educação especial inclusiva deva ser evidenciado. Afinal, em que medida a inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial<sup>2</sup> na escola regular contribui para seu desenvolvimento, autonomia e humanização (BARROCO, 2011; SILVA, 2014)? Em tempos neoliberais/neoconservadores, a que fins a educação especial na perspectiva inclusiva tem se prestado e como ela vem sendo monitorada/regulada pelo governo federal? Que discursos permeiam as ações no campo da educação especial inclusiva, considerando o cenário político-econômico brasileiro nas três últimas décadas? Acreditamos que tais questões poderão ser, devidamente, sistematizadas e equacionadas durante a execução do cronograma de pesquisa.

## METODOLOGIA

A pesquisa de natureza quali/quantitativa, exploratória e analítica (GIL, 2010; LÜDKE; ANDRÉ, 1986) propõe, inicialmente, uma revisão bibliográfica e documental, buscando nos principais periódicos e publicações das últimas décadas artigos e textos que abordem o tema. O intuito da etapa é obter informações relevantes sobre as ferramentas de avaliação das políticas educacionais inclusivas implementadas no Brasil no período supracitado; os indicadores que balizam essas análises, em diálogo com os objetivos da pesquisa inicialmente apresentados (SÁNCHEZ GAMBOA, 2013); e a

2 Que de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI) de 2008 engloba estudantes com deficiências, TGD (Transtorno Globais de Desenvolvimento) e altas habilidades/superdotação.



concepção de qualidade que direciona as estratégias de acompanhamento da modalidade.

O segundo momento, por sua vez, consistirá na realização de entrevistas semiestruturadas, abrangendo questões abertas e fechadas. Indicamos como possíveis participantes da etapa membro(s) de equipe do Ministério da Educação (MEC) responsável pela execução e pelo controle/monitoramento das ações empreendidas no campo da educação especial inclusiva na Secretaria encarregada da pasta e/ou em órgãos parceiros. Nessa perspectiva, optamos pela análise documental na sua interface com os núcleos de significação (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015). A partir das falas e enunciados busca-se, logo, obter informações relevantes para o trabalho, que possam ser articuladas com as teorias já estudadas e com os marcos legais mencionados.

1886

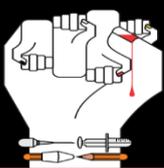
## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A etapa de análise bibliográfica e documental encontra-se em fase de execução. A apreciação preliminar das informações coletadas foi feita mediante a seleção, classificação e análise dos materiais disponíveis em portais de periódicos; banco de teses/dissertações; e anais de eventos. Adotamos como critérios sua pertinência e adequação à temática em questão.

Outrossim, nos propomos a explorar, de forma simultânea: 1) a legislação no campo das políticas de inclusão de alunos com deficiência no Brasil (englobando leis, planos, decretos, resoluções, pareceres, portarias etc.), divulgada pelo MEC (e órgãos e/ou departamentos vinculados); 2) as bases normativas disseminadas pelas agências multilaterais materializadas em acordos, pactos, declarações e tratados encabeçados por organismos internacionais; 3) as diretrizes e orientações que sustentam as políticas de avaliação de resultados da educação inclusiva no país a partir da década de 1990, utilizando para isso as bases de dados quali/quantitativos disponibilizadas pelo governo federal, além de dados estatísticos formulados por órgãos, fundações e entidades a ele associados.

## CONCLUSÕES

As informações obtidas até o presente momento, por meio da análise bibliográfica/documental, reiteram nossa hipótese inicial. Observamos, em linhas gerais, a prevalência de uma lógica mercadológica de aferição de resultados no campo



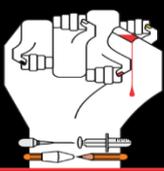
das políticas educacionais focalizadas. A avaliação destas, a partir da década de 1990, segue atrelada aos preceitos que orientaram a reforma do Estado brasileiro, a saber: táticas de regulação, pautadas em parâmetros de eficiência, efetividade e “qualidade” do ensino, similares aos veiculados pela iniciativa privada; utilização de critérios puramente econômicos e instrumentais, sob um viés neotecnicista e gerencialista. Tal processo encaminha-se de forma a intensificar o papel da categoria avaliação como eixo norteador das políticas neoliberais em curso, em acordo com a agenda dos reformadores empresariais da educação (FREITAS, 2014). Esperamos obter informações mais consistentes durante nossa coleta de dados em campo, prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2023.

1887

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas educacionais. Avaliação de políticas públicas. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J. de; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, p. 56–75, 2015.
- BARROCO, S. M. S. Pedagogia histórico-crítica, psicologia histórico-cultural e educação especial: em defesa do desenvolvimento da pessoa com e sem deficiência. In: MARSIGLIA, A. C. G. (Org.). **Pedagogia histórico-crítica: 30 anos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, p. 169-196.
- BAUER, A.; SOUSA, S. Z. Indicadores para avaliação de programas educacionais: desafios metodológicos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, p. 259–284, 2015.
- BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015** – institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 20 fev. 2022.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FARIA, C. A. P. de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97–110, 2005.



FREITAS, L. C. de et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. de F. (Orgs.). **Escola viva**: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004. p. 61-88.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 1085–1114, 2014.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 69-90.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.  
HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PEREIRA, J. M. M.; PLETSCHE, M. D. A agenda educacional do Banco Mundial para pessoas com deficiência e o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. 23, 2021.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos**: a dialética entre perguntas e respostas. Chapecó-SC: Argos, 2013.

SANFELICE, J. L. Dialética e pesquisa em educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, R. H. dos R. Contribuições da pedagogia histórico-crítica para a educação especial brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 14, n. 58, p. 78–89, 2014.

SOUZA, F. F. de; PLETSCHE, M. D. A relação entre as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de educação inclusiva no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, p. 831–853, 2017.

